



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**34ª CÂMARA - SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO**

**Apelação - Nº 0012630-81.2008.8.26.0625**

**VOTO Nº 18063**

**Registro: 2013.0000563218**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0012630-81.2008.8.26.0625, da Comarca de Taubaté, em que é apelante PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, são apelados JASON HUGO RIBEIRO e IRENE VIANA UMEKI.

**ACORDAM**, em 34ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmo. Desembargadores GOMES VARJÃO (Presidente sem voto), SOARES LEVADA E HÉLIO NOGUEIRA.

São Paulo, 9 de setembro de 2013.

CRISTINA ZUCCHI  
RELATORA  
Assinatura Eletrônica



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**34ª CÂMARA - SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO**

**Apelação - Nº 0012630-81.2008.8.26.0625**

**VOTO Nº 18063**

Apelante: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Apelados: JASON HUGO RIBEIRO; IRENE VIANA UMEKI

Comarca: Taubaté – 3ª Vara Cível (Processo nº 625.01.2008.012630-9)

**EMENTA:**

ACIDENTE DE TRÂNSITO – INVASÃO DO VEÍCULO DA RÉ-LITISDENUNCIANTE NA PREFERENCIAL EM QUE TRANSITAVA A MOTOCICLETA DO AUTOR – CULPA DA RÉ CONFIGURADA – DANO MORAL DEVIDO – DEVER DA SEGURADORA DE INDENIZAR TODAS AS VERBAS, INCLUSIVE O DANO MORAL, ANTE A INEFICÁCIA DA CLÁUSULA DE SUA EXCLUSÃO TENDO EM VISTA AUSÊNCIA DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATO E DE EXPRESSA COMPROVAÇÃO DE QUE A SEGURADA DELA TOMOU CONHECIMENTO – INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DA LIDE SECUNDÁRIA MANTIDA.

Apelação improvida.

Trata-se de apelação da denunciada (fls. 402/417, com preparo às fls. 418/420), que objetiva a reforma da r. sentença de fls. 394/400, proferida pela MMª. Juíza de Direito **Márcia Rezende Barbosa de Oliveira**, cujo relatório se adota, que julgou parcialmente procedente ação de reparação de dano material e moral para condenar a ré a pagar ao autor indenização por dano material, correspondente a despesas para o conserto da moto, no valor de R\$6.381,17, para



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**34ª CÂMARA - SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO**

**Apelação - Nº 0012630-81.2008.8.26.0625**

**VOTO Nº 18063**

março de 2008, e o preço do tênis, no importe de R\$449,90, para a época do ajuizamento da demanda. Determinou que os valores fossem atualizados pela tabela prática deste Tribunal. Condenou ainda a ré a pagar ao autor indenização por dano moral, arbitrada em R\$5.000,00. E, sobre todos os valores indicados, fixou incidência juros de mora de 1% ao mês, da citação. A lide secundária foi julgada procedente, condenando a seguradora a pagar, nos limites da apólice, a indenização a cargo da autora, além das despesas processuais e honorários advocatícios da lide secundária, fixados em 10% da condenação.

Alega a denunciada, resumidamente, que: 1) deve ser excluída da verba condenatória o valor correspondente ao dano moral, uma vez que tal risco não está compreendido nos danos corporais contratados, devendo na hipótese ser aplicada a súmula 402 do STJ; 2) também não se pode falar em dano moral quando não há conduta “*culpável do requerido*”, o que não ocorreu no caso em tela; 3) deve ser excluída a solidariedade fixada pelo r. Juízo “a quo”, pois não há vínculo obrigacional com o autor e sim com a ré, sua segurada. Pede o provimento do recurso.

O recurso do réu foi recebido em ambos os efeitos (fls. 421)

Contrarrazões do autor às fls. 422/435, pugnando pela condenação da denunciada nas penas por litigância de má fé, e da ré-denunciante às fls. 437/457, pugnando pelo reconhecimento do dano moral e da solidariedade entre a responsabilidade da requerida e da denunciada.

**É o relatório.**

O recurso é tempestivo (fls. 400 verso e 402), e foi regularmente processado.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**34ª CÂMARA - SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO**

**Apelação - Nº 0012630-81.2008.8.26.0625**

**VOTO Nº 18063**

Inicialmente, ao contrário do que constou das contrarrazões do autor, não se verifica a ocorrência da alegada má fé por parte da denunciada, tendo o insurgimento constituído o teor das manifestações havidas.

O autor persegue indenização por dano material e moral tendo em vista prejuízos sofridos em acidente de trânsito, ocorrido em 29/02/2008 (fls. 22/23).

A r. sentença não merece reparos.

A denunciada insiste na tese de ausência de culpa de sua segurada a fim de ver excluída da verba condenatória a indenização por dano moral fixada em R\$5.000,00. Todavia, essa alegação não pode prosperar, pois além de não ter havido recurso de apelação da própria ré, a prova produzida, que foi bem apreciada pelo r. Juízo, permitiu a prolação da r. sentença, que deve ser mantida por seus próprios fundamentos.

*“O autor seguia por via preferencial e teve sua trajetória obstada pelo veículo da ré, que ao empreender manobra para transpor a avenida Juca Esteves não se acautelara quanto ao tráfego de veículos pela via preferencial. O argumento da ré de que se surpreendera com a moto do autor, porque não a avistara antes de dar início ao cruzamento, mas apenas a outros veículos distantes, não lhe favorece. O autor vinha pela avenida e deveria ter sido notado pela ré. A desatenção da ré lhe desfavorece”* (fls. 396).

A testemunha Paulo Roberto Barbosa declarou que viu o momento em que o veículo da ré fechou a motocicleta do autor, pois vinha com a sua moto logo atrás dele e que *“não tinha como o autor estar numa velocidade alta porque há uma lombada um pouco antes dos fatos”* (fls. 360). A fotografia de fls. 16 demonstra a existência da lombada no local dos fatos, confirmando a veracidade



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**34ª CÂMARA - SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO**

**Apelação - Nº 0012630-81.2008.8.26.0625**

**VOTO Nº 18063**

das declarações de referida testemunha.

Está previsto no art. 28, do CTB que *“O condutor deverá, a todo momento, ter o domínio de seu veículo, dirigindo-o com atenção e cuidados indispensáveis à segurança do trânsito”*.

As normas de trânsito, nas lições de WILSON MELO DA SILVA *“têm por objetivo exatamente impedir que os acidentes aconteçam, por se tratarem de regras de caráter preventivo, por meio das quais o que se tem em mira é tão-só obstaculizar o acidente (...) quando, por desobediência a alguma de tais determinações regulamentares, o motorista tem a má sorte de ocasionar danos a alguém ou a alguma coisa, quanto ao fator culpa, basilar na espécie, estaria ele, desde logo, fixado, em virtude da chamada culpa contra a legalidade”*<sup>1</sup>.

Destarte incontestes, por igual, a caracterização do ato ilícito praticado pela ré, que agiu culposamente, em desacordo com a norma jurídica destinada a proteger interesses alheios, violando direito subjetivo individual e causando prejuízo, cuja ocorrência cria o dever de indenizar referida lesão.

O dano moral prescinde de comprovação objetiva, pois brota do próprio fato lesivo, daí porque recebe a denominação de dano *in re ipsa*. Trata-se de reparar o desconforto moral, que constrange e entristece, bem como afeta pela sua intensidade, com maior ou menor incidência, o psiquismo. Nesse sentido:

**“Para consubstanciar a ofensa moral não se reclama, segundo a doutrina, prova inconcussa do dano moral, porque este sobressai - *in re ipsa* - e também dispensa-se perquirição do intento doloso ou culposos, pois estes se revelam objetivamente, a não**

---

<sup>1</sup> Da Responsabilidade Civil Automobilística", 1ª ed., nº 20, pág. 46 e 47, Editora Saraiva.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**34ª CÂMARA - SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO**

**Apelação - Nº 0012630-81.2008.8.26.0625**

**VOTO Nº 18063**

ser no que concerne a sua intensidade, para a justa fixação do montante reparatorio.”<sup>2</sup>

No que tange à responsabilidade da litisdenunciada, o Colendo Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula 402, pela qual prevê que “*o contrato de seguro por danos pessoais compreende danos morais, salvo cláusula expressa de exclusão*”.

Todavia, mencionada súmula não se aplica na hipótese vertente pois, muito embora a seguradora-apelante tenha juntado cópia das condições gerais com expressa previsão de exclusão do dano moral (fls. 190/209), não se pode aceitar a simples juntada sem ao menos nela estar expreso o número da apólice da ré. A seguradora-apelada parece subestimar a capacidade intelectual do julgador com essa simples juntada.

Além do mais, sequer juntou aos autos cópia de comprovante de que a sua segurada tenha recebido o manual contendo referida cláusula de exclusão do dano moral ou mesmo que ela teve ciência de referida cláusula.

Sendo assim, à falta de prova de entrega do manual à segurada e de que dele tenha tomado conhecimento, deve prevalecer o teor da apólice, que prevê cobertura sem ressalva e genérica para danos corporais. Nesse sentido:

**“CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DANO MORAL e DANO ESTÉTICO. SEGURO. SÚMULA 402 DO STJ. VIOLAÇÃO. AUSÊNCIA. FALTA DE EXCLUSÃO VÁLIDA. APELO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. À minguada de prova de exclusão válida da cobertura de danos morais, cujo ônus era da seguradora,**

---

<sup>2</sup> AC n. 2000.015168-8, de Imaruí, Rel. Des. ANSELMO CERELLO, j. 24/09/2001



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**34ª CÂMARA - SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO**

**Apelação - Nº 0012630-81.2008.8.26.0625**

**VOTO Nº 18063**

prevalece a estipulação sem ressalva de cobertura de danos pessoais constante da apólice.”<sup>3</sup>

Tratando-se de contrato de adesão regido pelo Código de Defesa do Consumidor, de acordo com o seu artigo 47, suas cláusulas deverão ser interpretadas de modo mais favorável ao consumidor, prevalecendo o princípio da boa-fé, até prova em contrário, o que não se verificou nos presentes autos.

O contrato de seguro prevê a cobertura do dano corporal (fls. 181), que deverá abranger o dano moral, pois “*A saúde corporal deve ser entendida como o estado do indivíduo em que as funções físicas e mentais se acham em situação de normalidade e equilíbrio, não se podendo apartar do dano corporal tal como do dano pessoal, aquele decorrente do sofrimento mental e da angústia da vítima*”<sup>4</sup>.

E que “*os danos relativos a pessoa humana podem ser de ordem física ou moral; por conseguinte, a cláusula que acoberta o segurado contra danos corporais abrange também os morais, vez que não se pode dissociar os dois, pois que a angústia e o sofrimento do intelecto estão intimamente ligados ao bem estar e saúde física da pessoa. Diante disso, contratado seguro de danos corporais, incumbe à seguradora indenizar a pessoa pelos danos morais sentidos.*”<sup>5</sup>.

Esse é o entendimento desta Colenda Turma Julgadora:

**“SEGURO - DANOS PESSOAIS OU CORPORAIS - ABRANGÊNCIA. A cláusula**

---

<sup>3</sup> TJPR, APELAÇÃO CÍVEL N.º 675230-1, Relator VITOR ROBERTO SILVA.

<sup>4</sup> [http://www.stj.gov.br/portal\\_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=86070](http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=86070)

<sup>5</sup> STJ. Agravo de Instrumento nº 935.821-MG, Rel. MIN. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, j. 16/10/2007.

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**34ª CÂMARA - SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO**

**Apelação - Nº 0012630-81.2008.8.26.0625**

**VOTO Nº 18063**

de contrato de seguro que acoberta o segurado ou terceiros contra danos corporais abrange também os morais.”<sup>6</sup>

“... Passa-se, agora, à análise da denúncia à lide. Sustentou a todo tempo a litisdenunciada que no caso de procedência da ação não responderia por eventual condenação a título de indenização por danos morais, porque o contrato de seguro que mantinha com o litisdenunciante não abrangia esse tipo de indenização. No entanto, verifica-se da apólice (fls. 258) que seu segurado contratou garantias intituladas por 'danos materiais' e 'danos corporais'. Do glossário do manual do segurado (fls. 259/269) extrai-se que: 'Danos materiais são danos que atinjam os bens móveis e imóveis' e 'Danos corporais, danos físicos a pessoas (lesão, incapacidade ou morte)'. Ora, o contrato em questão deve ser analisado à luz do CDC, porque esta Corte de há muito vem entendendo que a relação existente entre segurado e seguradora é de consumo. O que vem a ser dano moral? É o que atinge o patrimônio imaterial da vítima, ou seja, aquele patrimônio que não contém valor argenteiro de negociação. É o caso do corpo humano. Ora, a indenização por danos corporais abrange, exatamente, também essa: se paga para compor em favor da vítima uma indenização que não é valor para quem recebe, mas apenas para quem paga. Sendo assim, observa-se que do significado dado aos 'danos corporais' não foram, expressamente, excluídos os danos decorrentes da dor pelo ferimento ao corpo.”<sup>7</sup>

No que tange à solidariedade da seguradora, deve ser observado que, respeitados os entendimentos em contrário, o direito que o segurado tem junto à seguradora integra seu patrimônio e, por isso, pode ser exigido diretamente dela pela parte lesada. Não se pode olvidar que a relação com a seguradora já foi reconhecida na denúncia da lide e dela resulta, além da proteção ao segurado, também a garantia de pagamento ao terceiro lesado. Já decidiu o E. STJ que, em contratos de seguros como o aqui tratado, mostrando-se inviável o recebimento diretamente do segurado, o seu direito contra a seguradora transmite-se ao seu

<sup>6</sup> APELAÇÃO SEM REVISÃO Nº 1.164.901.00/0, Relator EMANUEL OLIVEIRA.

<sup>7</sup> Apelação sem Revisão nº 1.105.789-0/7, Relator ROSA MARIA DE ANDRADE NERY.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**34ª CÂMARA - SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO**

**Apelação - Nº 0012630-81.2008.8.26.0625**

**VOTO Nº 18063**

credor. Portanto, na eventual hipótese de impossibilidade de cumprimento da obrigação pela ré segurada, o autor poderá cobrar diretamente da seguradora-denunciada. Nesse sentido:

**“SEGURO. Acidente de veículo. Insolvência do causador do dano. Cobrança contra sua seguradora. Legitimidade. Insolvente o causador do dano, o crédito do lesado reconhecido em sentença pode ser cobrado diretamente da sua seguradora, a quem fora denunciada a lide, no limite do contrato. Não é requisito para a execução do contrato de seguro para cobertura de danos resultantes de acidente de trânsito o prévio pagamento por parte do segurado, quando ficar demonstrada essa impossibilidade pela insolvência do devedor. Recurso não conhecido.”<sup>8</sup>**

Destarte, não tendo sido demonstrado o desacerto da r. sentença, deve ser mantida tal qual lançada.

Ante o exposto, pelo meu voto, nego provimento ao recurso.

**CRISTINA ZUCCHI**  
**Relatora**

---

<sup>8</sup> REsp 397.229/MG, Rel. Min. RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 02.05.2002, DJ 12.08.2002, p. 220.